

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

Excelência:

Já estamos dando numeração a esta pergunta, por acharmos previsível que outras do mesmo tipo se seguirão, face à resposta recebida do Governo à nossa primeira intervenção parlamentar sobre a matéria e sempre em luta por um tratamento justo para a Região Autónoma dos Açores.

A referida resposta não nos satisfaz pois promete redução de preços nas tarifas de serviços de reduzida amplitude, que tendem a deixar de ter uso...

Para um operador poder disponibilizar ofertas competitivas aos cidadãos da Região Autónoma dos Açores carece de uma capacidade substancialmente superior aos 155 Mbps que a resposta do Governo evoca ao fazer comparações com situações espanholas.

As capacidades hoje necessárias para disponibilizar um serviço de Internet em condições de velocidade e qualidade aceitáveis situam-se no nível ou acima de 1 Gbps.

O investimento para instalação do cabo submarino que serve a Região Autónoma dos Açores foi fortemente subsidiado por fundos europeus tendo em vista inserir o arquipélago nos objectivos da Agenda Digital Europeia.

Impõe-se trazer os custos da sua utilização para níveis aproximados dos que se praticam nos serviços de cabo submarino internacionais.

Ora, no momento actual, a empresa operadora do cabo Lisboa-Açores pratica tarifas que chegam a ser 50 vezes superiores ao preço de retalho ou ao preço grossista de capacidade equivalente em troços iguais em cabos submarinos internacionais (na ligação Lisboa-Londres, por exemplo).

Acresce que a operação nos Açores é ainda sobrecarregada com taxas de circulação inter-ilhas,

somando 15 euros por Mega aos cerca de 50 euros pagos na ligação Lisboa-Açores.

Assim, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, formulam ao Governo, através do Ministro da Economia e do Emprego, as seguintes perguntas:

a) Vai o Governo promover diligências para esclarecer a composição dos preços praticados pela empresa operadora do cabo submarino Lisboa-Açores? Ficarà o Governo alerta para a forte subsidiação europeia do investimento no dito cabo submarino, o que obviamente tem de transparecer na redução dos seus custos de operação?

b) Haverá alguma razão válida para que os preços dos serviços de capacidade elevada (igual ou superior a 1 Gbps) no circuito Lisboa-Açores não sejam aproximados com os praticados no circuito Lisboa-Londres, de distância equivalente e que é cerca de 50 vezes mais barato?

c) Haverá alguma razão válida para que os preços dos serviços de capacidade elevada (igual ou superior a 1Gbps) no circuito Lisboa-Açores e dentro dos Açores não sejam reduzidos em pelo menos 50%, tal como previsto para os preços dos circuitos de capacidade inferior?

d) Está o Governo em condições de garantir que a operadora do cabo submarino em questão está praticando condições idênticas para todos os utilizadores, sem quaisquer protecionismos monopolistas?

e) O sufoco de outras empresas regionais do sector não preocupa o Governo, por contrariar a sua política de fomento da competitividade e eventualmente vir a dar origem a falências e despedimentos, engrossando o preocupante nível de desemprego regional, que é já o mais alto do País?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 9 de Março de 2012

Deputado(a)s

MOTA AMARAL(PSD)

JOAQUIM PONTE(PSD)

LÍDIA BULCÃO(PSD)